



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade  
Instituto Estadual do Ambiente

## **ATO DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO DIRETOR**

### **RESOLUÇÃO INEA Nº 321 DE 29 DE AGOSTO DE 2025.**

CRIA O PROGRAMA ESTADUAL “VEM VER A TERRA RJ” NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA ADMINISTRADAS PELO INEA E NAS RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL RECONHECIDAS PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ESTABELECE CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O Presidente em Exercício do Conselho Diretor do Instituto Estadual do Ambiente (Inea)**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Estadual nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, o art. 2º, parágrafo único, inciso I, do Decreto Estadual nº 48.690, de 14 de setembro de 2023, na forma que orienta o Parecer RD n.º 02/2009, da Procuradoria do Inea, e conforme deliberação do Conselho Diretor do Inea, em reuniões realizadas nos dias 14 de agosto de 2025 e 22 de agosto de 2025, processo administrativo nº SEI-070002/011080/2025,

### **CONSIDERANDO:**

**inea** instituto estadual  
do ambiente

Secretaria do  
Ambiente e  
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**



- o art. 225 da Constituição Federal, que incumbe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações;
- a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e estabelece como um dos seus objetivos favorecer condições para promoção da educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- o art. 13 da Lei Federal 9.795, de 27 de abril de 1999, da Política Nacional de Educação Ambiental, que determina que o Poder Público incentivará a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;
- o Decreto Estadual nº 42.483, de 27 de maio de 2010, que estabelece diretrizes para o uso público nos parques estaduais administrados pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea);
- a Resolução INEA nº 61, de 04 de outubro de 2012, que estabelece as normas e procedimentos para o censo, credenciamento e prestação de serviços de guias de turismo e condutores de visitantes nos parques estaduais administrados pelo Inea;
- a importância das Unidades de Conservação da Natureza para a preservação da sociobiodiversidade, da diversidade biológica, geológica, geomorfológica, pedológica, cultural, dos ecossistemas, das águas e das paisagens;
- o potencial das Unidades de Conservação estaduais e das Reservas Particulares do Patrimônio Natural reconhecidas pelo Estado, para uso da sociedade como espaço lazer, turismo e ampliação de saberes;
- a importância de se estabelecer incentivos à práticas de atividades de uso público nas unidades de conservação estaduais, com vistas a contribuir para a conservação, por meio da sensibilização da sociedade e promovendo o bem estar das populações envolvidas, assim como oportunizando a geração de emprego e renda no entorno;
- que a conservação, a pesquisa e a divulgação da geodiversidade fluminense são essenciais para proteger a riqueza das notáveis paisagens do estado do Rio de Janeiro, que abrigam patrimônios naturais únicos, sustentam biodiversidade e serviços ecossistêmicos, além de promoverem oportunidades para o desenvolvimento científico, educacional e sustentável do território fluminense.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Estadual Vem Ver a Terra RJ nas unidades de conservação (UCs) da natureza estaduais e nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), oficialmente reconhecidas pelo Inea, sob a coordenação executiva da Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas (Dirbape) do Instituto Estadual do Ambiente (Inea).

**Parágrafo único** - O Inea poderá incentivar e apoiar a realização do Programa Estadual Vem Ver a Terra RJ nas demais áreas inseridas nas unidades de conservação com aptidão para o desenvolvimento de atividades direcionadas à prática de turismo científico e geoturismo na natureza.

**Art. 2º** O Programa Estadual Vem Ver a Terra RJ tem como objetivos:

- I. Sensibilizar os visitantes e as comunidades locais quanto à importância da geoconservação e da preservação das áreas naturais e todo ecossistema;
- II. Fortalecer a geoconservação fluminense, em especial nos territórios abrangidos por unidades de conservação da natureza;
- III. Divulgar a relevância dos geossítios e formações geológicas específicas;
- IV. Reforçar e contribuir para a consolidação das iniciativas de reconhecimento dos Geoparques no território fluminense;
- V. Colaborar com o desenvolvimento socioeconômico das Unidades de Conservação e seus entornos, por meio da diversificação das atividades de uso público;
- VI. Promover a visitação com fins educativos, recreativos e turísticos;
- VII. Incentivar e apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de conhecimentos científicos e tradicionais;
- VIII. Fomentar a elaboração e consolidação de roteiros turísticos e do segmento do geoturismo no entorno das UCs e fortalecimento da cadeia produtiva do turismo local, e;
- IX. Estimular a aproximação da sociedade com a natureza, a gestão da área protegida e o Inea, por meio da visitação nas Unidades de Conservação da Natureza Estaduais do Rio de Janeiro.
- X. Potencializar o uso de trilhas nas UCs estaduais como ferramenta de conexão e transformação socioambiental associado à temática da geodiversidade.

**Art. 3º** O Programa Estadual Vem Ver a Terra RJ, é composto pelas seguintes atividades:

- I - Inclusão dos eventos no calendário anual oficial de eventos do Programa Vem Visitar;
- II - Realização de atividades diversas ao longo do ano que contemplem os objetivos do Programa;
- III - Produção de conhecimento técnico-científico; e
- IV – Criação de roteiros turísticos.

**Art. 4º** O Programa será desenvolvido de acordo com o Decreto Estadual nº 42.483/2010, o Plano de Manejo de cada UC, conforme o disposto na Lei Federal nº 9.985/2000, e demais regulamentos vigentes.

§ 1º A inexistência de Plano de Manejo não impossibilita a realização de atividades do Programa, desde que seguidas as orientações da coordenação executiva do Programa e do Gestor da Unidade de Conservação.

§ 2º A realização das atividades do Programa em RPPNs e em áreas privadas inseridas em unidades de conservação, pendentes de regularização fundiária, dependerão de autorização prévia do proprietário.

§ 3º A realização de pesquisas científicas, atividades didáticas e de extensão relacionadas a este programa, bem como no interior de unidades de conservação administradas ou reconhecidas pelo INEA, deverá ser previamente submetida à aprovação e autorização da Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas do Inea (Dirbape), em conformidade com a legislação vigente.

**Art. 5º** Será admitida a realização de eventos do Programa em Estações Ecológicas e Reservas Biológicas, apenas para fins educacionais, sendo necessária a análise prévia e autorização da gestão das unidades de conservação.

**Parágrafo único** Recomenda-se que a visitação com finalidade educativa seja norteadas conforme o documento “Roteiro Metodológico para Planejamento de Atividades de Visitação com Objetivo Educacional”, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, 2020.

**Art. 6º** A gestão do Programa contempla duas esferas de competências, a saber:

**I - Coordenação Executiva** - a Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas do Inea (Dirbape) é responsável pela coordenação geral do Programa por meio de representantes da Gerência de Visitação, Negócios e Sustentabilidade (Gervins) e Gerência de Unidades de Conservação (GERUC);

**II - Coordenação Local** - equipe responsável pela produção e execução das atividades do Programa, composta por servidores das UCs indicados pelos gestores ou, quando se tratar de RPPNs, por seus proprietários.

**Art. 7º** Compete ao Inea:

**I** - Garantir as condições necessárias para realização do Programa Vem Ver a Terra RJ, fornecendo orientação técnica e científica, buscando o apoio de instituições públicas e organizações privadas, com e sem fins lucrativos, instituições de ensino e pesquisa, e outras;

**II** – Divulgar o calendário anual do Programa Vem Ver a Terra RJ em seu sítio eletrônico, mídias sociais e afins;

**III** - Estabelecer parcerias para promoção, estruturação e realização dos eventos do Programa Vem Ver a Terra RJ; e

**IV** – Fomentar a educomunicação e o desenvolvimento técnico-científico voltado à geoconservação e à valorização da geodiversidade nas unidades de conservação, e

**V**- Apoiar institucionalmente a consolidação de iniciativas de reconhecimento dos Geoparques no estado do Rio de Janeiro.

**Art. 8º** Compete à Coordenação Executiva:

**I** - Apoiar o planejamento e realização de eventos do Programa;

**II** - Fomentar parcerias para produção de conteúdo científico para subsidiar as elaborações das atividades do programa, as capacitações e reciclagens e a produção de material educativo, informativo e turístico;

**III** – Produzir, distribuir e divulgar o calendário anual do Programa Estadual Vem Ver a Terra RJ;

IV - Promover a capacitação contínua dos responsáveis e envolvidos na execução das atividades do Programa Estadual Vem Ver a Terra RJ;

V - Fomentar e adotar as medidas administrativas necessárias à formalização de parcerias para realização dos eventos e capacitação da equipe de funcionários, guias e condutores de visitantes credenciados pelo Inea;

VI - Tornar públicos os dados produzidos pelo Programa, desde que respeitada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); e

VII - Elaborar propostas de roteiros turísticos com destaque para a geodiversidade a partir das unidades de conservação administradas pelo Inea e das RPPNs reconhecidas pelo órgão e interessadas em desenvolver atividades educacionais e turísticas.

#### **Art. 9º Compete à Coordenação Local:**

I - Fomentar parcerias para produção de conteúdo científico para subsidiar as elaborações das atividades do programa, as capacitações e reciclagens e a produção de material educativo, informativo e turístico;

II - Promover a capacitação contínua dos responsáveis e envolvidos na execução das atividades do Programa;

III - Fomentar e adotar as medidas administrativas necessárias à formalização de parcerias para realização dos eventos e capacitação da equipe de funcionários, guias e condutores de visitantes credenciados pelo Inea;

IV- Organizar a logística, a programação e a divulgação do evento do Programa na UC;

V - Realizar a inscrição prévia e registrar a presença e o número de participantes do evento do Programa na UC; e

VI - Realizar pesquisa junto aos participantes do Programa, com o objetivo de subsidiar a elaboração de um diagnóstico da atividade para conhecer o perfil e as necessidades dos praticantes, visando à sua segurança, à melhoria da qualidade da experiência de visitação e ao menor impacto ambiental.

**Art. 10 Eventos do Programa Vem Ver a Terra RJ, organizados por terceiros,** que façam uso de seu nome e identidade visual, deverão seguir a legislação pertinente e os seguintes critérios:

I - Solicitar à Gerência de Visitação, Negócios e Sustentabilidade (GERVINS) a autorização de realização de eventos, produção e o uso de imagem das unidades de conservação e uso de marcas e do logotipo do programa.

II - Solicitar autorização à coordenação executiva, com no mínimo 30 dias de antecedência da data de realização do evento, informando a definição do local, o número máximo de participantes esperados e a estrutura prevista para o evento (recursos materiais e humanos);

III - Obter aprovação do Inea por meio da coordenação executiva;

IV - Elaborar material de divulgação do evento, conforme Manual de Identidade Visual do Inea, contendo as orientações para participação, a serem aprovados previamente pela coordenação executiva;

V - Realizar a divulgação do evento; e

VI - Apresentar os resultados às coordenações executiva e local, no prazo de 30 (trinta) dias após a realização do evento.

**Art. 11** Todo evento fora do calendário anual oficial do Programa deverá ter seu planejamento e realização analisado e aprovado previamente pela Coordenação Executiva do Programa.

**Art. 12** Os eventos do Programa poderão ocorrer em horários especiais, fora do período de funcionamento normal das UCs estaduais, mediante aprovação prévia da Coordenação Local.

**Art. 13** Os casos omissos serão dirimidos pela Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas do Inea.

**Art. 14** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2025.

**Juliana Lucia Avila**

Diretora de Licenciamento Ambiental, na Qualidade de  
Presidente em exercício do Conselho Diretor do Inea

Publicada em 02.09.2025, DO nº 159, página 41.